

sofrido a ausência de representação cénica de peças como *El-Rei Sebastião*, *Benilde ou a Virgem-Mãe*. A adaptação para o cinema de *El-Rei Sebastião* («Manoel de Oliveira revisita Régio»), ato isolado e fora do quadro institucional descrito, não podia, talvez pelo seu significado simbólico agradar mais a Eugénio Lisboa – «Há muito tempo que me não visitavam emoções estéticas tão intensas e exaltantes como as que me proporcionou o filme» (p. 175).

Revisitar é também o termo que escolhemos para o leitor que *Ler Régio*, acompanhado pelo guia experimentado e imprescindível que é Eugénio Lisboa, mas para que algumas das sendas por ele abertas possam de futuro ser percorridas com maior segurança, necessário se torna que os textos não inéditos que vão sendo objeto de citação (também eles ganhariam visualmente em ser destacados relativamente ao corpo de texto em que se integram...) sejam referenciados de forma completa.

Maria Teresa Nascimento

AS POLÉMICAS DE VERGÍLIO

FERREIRA

JORGE COSTA LEMOS

Lisboa, Difel, 2010

330 páginas, ISBN 978-972-2909-80-8

Começamos por uma distinção conceitual que o autor vai buscar a Vitorino Nemésio, aquela que opõe a controvér-

sia, tomada como discussão de ideias e argumentos, à polémica, em que essa discussão deixa de se centrar nos argumentos e se fulaniza, procurando, em última instância, o ridículo ou mesmo o assassinato de caráter do adversário. Esta distinção, clássica na abordagem do tema, serve ao autor para assinalar (e também delimitar) o tom do seu objeto de análise: em Vergílio Ferreira (VF) interessa-lhe sobretudo a polémica, ainda que não deixe de passar em revista algumas das suas controvérsias. Se começo por esta distinção é porque me parece que ela permite, se devidamente explorada, um contexto preciso para o trabalho do autor. Nesse sentido, começaria por dizer que a controvérsia é, muito simplesmente, o modo normal – mas também ideal – de existência de um espaço público democrático (ou até, em moldes diminutos, de um espaço público ditatorial, em que os temas passíveis de controvérsia são delimitados com rigor mas não deixam de existir para simular precisamente a dinâmica do espaço público). A polémica, por sua vez, não seria apenas a degeneração fulanizada da controvérsia mas o reconhecimento, dentro do espaço público, de que a importância dos contendores e/ou dos temas é suficiente para delimitar zonas de atenção. Este ponto parece-me decisivo para se entender o verdadeiro alcance de uma afirmação do autor que, citando João Pedro George, assinala a polémica entre VF e Pinheiro Torres como a última grande polémica literária em Portugal. Ora, este facto

está longe de ser meramente circunstancial, ele é antes sintomático de uma mudança no espaço público português: não só a literatura não tem hoje, nesse espaço, lugar de relevo para que se pudessem reconhecer polémicas, se elas porventura existissem, como o modo de existência dos autores nesse espaço é deveras atomizado, sem clivagens programáticas ou geracionais visíveis, obrigados a uma funcionalidade de *star system* em segundo grau (por relação a políticos, futebolistas ou cantores *pop*) em que os diferendos nunca descolam da *boutade* ou da alfinetada por motivos narcísicos. Significa isto que *As polémicas de Vergílio Ferreira* é uma análise de índole histórico-cultural em duplo sentido: porque VF morreu (o que em tempos não muito recuados era a condição de acesso a ser objeto de estudo universitário) e as suas polémicas se reportam a uma época já algo distante do seu percurso; e porque a polémica literária é uma fase (temporariamente?) encerrada do espaço público português. Daqui decorrem especiais cuidados de contextualização, não apenas sobre o que originou a disputa mas sobre os termos em que essa mesma disputa se processou, e obrigações analíticas de distanciação, que sem perder de vista o discurso individual dos intervenientes permita perceber o devir histórico-cultural de que participam. Diga-se desde já que Jorge Lopes (JL) é rigoroso quanto à genealogia das polémicas vergilianas e ao levantamento das suas peças centrais, mas, como vere-

mos, nem sempre consegue introduzir distância em relação aos termos dessas mesmas polémicas, de molde a nos dar a sua estrutura mais do que os seus lances passionais. De alguma maneira, parece que JL tem necessidade, hoje, de continuar a defender as posições vergilianas, como se as polémicas não estivessem definitivamente encerradas e, sobretudo, como se os termos em que se processaram fossem ainda inteligíveis fora do contexto em que funcionaram.

Ainda que não explore todas as potencialidades do dispositivo, pois dá mais importância a cada episódio em particular do que ao desenrolar de uma carreira literária e às variadas formas da sua articulação com o contexto histórico, o fio condutor que o autor elege para a sua exposição é de ordem cronológica. Assim, a primeira polémica relaciona-se com a ofensiva concertada entre VF, Mário Sacramento e Luís Albuquerque para atacar Pessoa na revista *Vértice*. Em causa estava a defesa da arte comprometida do neo-realismo contra o jogo do fingimento pessoano, um equívoco de que VF se apercebeu rapidamente e que o levou a não responder a Casais Monteiro, um dos que tinha vindo a terreno defender Pessoa, atacando com truculência, já na dimensão da caricatura, o texto de VF. Não há muito neste episódio que não tenha sido contado por Maria da Glória Padrão, a não ser uma boa análise da técnica sarcástica do texto de Casais Monteiro. E contudo, há certos acontecimentos cuja revisitação nos dá de repente uma res-

posta a uma pergunta antiga. Sempre me intrigou que Eduardo Lourenço, no seu conhecido artigo «Os filhos desenvoltos de Álvaro de Campos», não tivesse englobado VF nisso a que chamava a «nova literatura portuguesa», um VF, note-se, que já tinha escrito *Aparição*, *Estrela Polar* e *Alegria Breve*. Ora, Eduardo Lourenço foi também um dos que veio a palco defender Pessoa de VF e de Mário Sacramento. É bem plausível que nessa defesa pessoana a que se sentiu obrigado, Eduardo Lourenço tenha construído a imagem de um VF demasiado «teórico» e «ideológico», que mesmo depois, tendo abandonado o neo-realismo, não teria abandonado uma literatura comprometida com a discussão teórica em sede literária. Dito de outra forma, nessa época Eduardo Lourenço teria lido o romance-ensaio vergiliano como uma forma de submissão do romanesco ao «teórico», coisa realmente afastada dos «filhos desenvoltos de Álvaro de Campos». Isto explicaria também que Eduardo Lourenço, em época próxima dessa, tivesse preferido *A Sibila* a *Aparição* como sinal da mudança da ficção portuguesa.

Mas voltemos ao livro de JL. A segunda polémica vergiliana estala a propósito de *Aparição*. A polémica só ganha relevo três anos depois, quando Alexandre Pinheiro Torres, numa crítica a *Rumor Branco*, de Almeida Faria, aproveita o facto de VF ser o prefaciador da obra para atacar *Aparição* e *Estrela Polar*. JL sintetiza bem os argumentos e a deriva subsequente da polémica,

que continuou por interpostas pessoas — João Rui de Sousa, que defendia *Aparição*, e Eduardo Prado Coelho, que contestava fortemente a afirmação vergiliana de que o neo-realismo tinha morrido —, teve o seu momento «institucional» no nº 6 da revista *O tempo e o modo* (Junho de 1963), subordinado ao tema «A arte deverá ter por fim a verdade prática?», esmoreceu e acabou ultrapassada pela história, registando mesmo, vinte anos depois, o aperto de mãos dos autores desavindos. O que é pena é que por sobre este *plot* descrito com minúcia não haja um trabalho de efetiva reflexão crítica que exemplifique nesta polémica um tempo literário português, até porque JL compila os argumentos que permitiriam essa reconstrução. Por exemplo, já no final desta parte, tentando avaliar o neo-realismo, JL sublinha essa importante afirmação de Mário de Sacramento de que as circunstâncias do regime do Estado Novo (subentenda-se, antes de mais, a censura), obrigaram uma parte considerável da literatura portuguesa à tarefa de substituir-se ao debate, à crónica jornalística, à doutrina e aos tratados políticos. A justeza desta observação obrigaria a que ela se tornasse o princípio de re-leitura desta polémica, mostrando o que no enquistamento teórico dos argumentos era uma resposta afinal condicionada por este contexto que em muito os ultrapassava. Estamos em presença, no fundo, de sobreerreações, de respostas necessariamente extremas a um contexto que não permitia nego-

ciações e gradações. Percebe-se assim melhor o «autoritarismo» da exigência de verosimilhança que Pinheiro Torres fazia a *Aparição* e *Estrela Polar*, apesar de o romance já ter mostrado abundantemente que se podia ser realista sem ser verosímil – o que estava em causa era um princípio de legibilidade política do país, e esse princípio tornava-se automaticamente (e sub-repticiamente) princípio de legitimidade estética. Mas também se percebe melhor a «inocência» com que VF aponta uma contradição óbvia de algum realismo, que mantém a obrigatoriedade mimética para o romance aceitando embora a pintura abstrata, a música moderna ou a poesia experimental – é que ao recusar pensar até ao fim a condição específica da linguagem, isto é, a função narrativa imemorial que sempre desempenhou, VF quer saltar por cima dessa impureza realista que constitui desde o início o romance enquanto linguagem, e quer saltar essa impureza como forma de saltar imediatamente para uma outra cena política em que essa impureza seja apenas um embaraço estético e não também um problema político. Dito de outro modo: a vida dos argumentos não se restringe ao seu trabalho teórico e à lógica visível que instituem, a vida dos argumentos tem também o seu lado obscuro, quase inconsciente, em que se articulam as aporias de uma época e os paradoxos dos indivíduos em relação com essa mesma época. E mesmo que a distância crítica seja, também ela, posteriormente legível no seu lado obscuro e

inconsciente, exercer o risco dessa distância parece-me ser a verdadeira justiça devida a quem alguma vez argumentou.

A terceira polémica envolveu VF com Eduardo Prado Coelho (EPC) a propósito de existencialismo e estruturalismo. A boa descrição dos argumentos e do andamento dos lances polémicos mantém-se, e uma certa distância crítica emerge, em grande parte derivada de a argumentação de EPC se abalçar a uma «psicanálise» dos argumentos vergilianos – o caráter obsessivo da sua perseguição do neo-realismo, por exemplo – e tentar, relativamente aos seus próprios argumentos, ver neles mais a imposição cruel de um sistema sem sujeito do que a argúcia devida à sua própria individualidade argumentativa – o que, valha a verdade, foi sempre, no EPC desta época, o traço aristocrata do seu narcisismo. Ora, é precisamente quando esta distância crítica emerge que JL a rasura de uma forma mais evidente, convocando, por sua conta e risco, um equívoco humanismo integral para tentar defender o humanismo de VF das investidas cruelmente estruturalistas de EPC, ou tentando como que anular toda a argumentação de EPC com a constatação de que, mais tarde, o próprio EPC acabará por «arrumar toda esta *tralhada* marxista-estruturalista num canto do sótão da sua bibliografia» (p. 131) – o que é não perceber de todo que este arrumar não significou um regresso ao velho humanismo mas uma nova direção, conhecida depois como pós-estruturalismo.

A parte mais consistente e sugestiva desta obra de JL vamos encontrá-la na análise de polémicas de índole bem diferente, aquelas que são retratadas ficcionalmente na obra de VF ou de Fernando Namora. Neste sentido, a breve aproximação a *Apelo da Noite*, *Cântico Final*, e *Rápida, a Sombra*, como romances que retratam o meio crítico e intelectual da sua época, deixam linhas de leitura que prometem (e mereceriam) desenvolvimento. Neste sentido também, a leitura mais extensa de *Rio Triste* como uma resposta, por interposta ficção, ao ataque de Luiz Pacheco/VF a Namora, ainda que por vezes se deixe levar pelo entusiasmo de decifrar o *puzzle* e corra riscos de reducionismo, é uma leitura desafiante e por vezes irrecusavelmente iluminadora.

Em conclusão, *As polémicas de Vergílio Ferreira* é um ensaio solidamente informado no levantamento do seu *corpus* e na exposição das linhas gerais dos vários argumentos em confronto, mas o seu tanto decetivo na capacidade de uma verdadeira analítica das polémicas que rastreia.

Luís Mourão

TATUAGEM & PALIMPSESTO: DA POESIA EM ALGUNS POETAS E POEMAS

MANUEL GUSMÃO

Lisboa, Assírio & Alvim, 2010

560 páginas, ISBN 978-972-3714-97-5

Da experiência poética, inseparável da experiência do mundo e da aventura

da linguagem. Este poderia ser o lema – e o leme – do novo livro de Manuel Gusmão, construído com base num vasto conjunto de trabalhos anteriores, que o autor pontualmente transformou mas soube, acima de tudo, moldar e modular com o gesto de quem sabe que, à semelhança da poesia, também nós somos «corpos singulares, percorridos por uma escrita emaranhada; uma voz escrita, inscrita, escrita» (10-11). *Tatuagem e palimpsesto* desdobra, como em leque, cerca de duas décadas de exercício crítico onde concorrem nomes de Arthur Rimbaud a Fernando Assis Pacheco, passando por Pessoa, Sophia ou Herberto Helder, entre outros. Numa perspetiva integrada mas com a sua singularidade própria, os seus escritos sustentam uma indagação fundamentada do fenómeno complexo e sempre em devir da criação literária tão afim do *perpetuum mobile* que será nota dominante dos vinte e cinco ensaios. Todos revelam quanto a poesia é «prova da existência de uma comunidade onde o comum se faz da irredutível alteridade e da diferença singularizante de cada um de nós» (26) como se postula no ensaio titular. «Na pedra bruta, a intermitência de uma praia» (21) – porque Manuel Gusmão também é poeta.

A estrutura externa foge à rigidez cronológica; sem título vinculativo, os três movimentos assinalados de A a C entretecem contudo vários ecos e reencontros, criando um efeito de conjunto. Articulado em torno da discussão mais teórica da *res* literária, o primeiro agru-